

Aula 00

*CNJ (Analista Judiciário - Apoio
Especializado - Ciências Sociais)
Ciências Humanas - 2024 (Pós-Edital)*

Autor:
Leandro Signori

01 de Abril de 2024

Índice

| | |
|---|----|
| 1) Apresentação do Curso de Ciências Humanas | 3 |
| 2) O Brasil Político - Nação e Território | 4 |
| 3) Organização do Estado brasileiro | 12 |
| 4) Questões Comentadas - O Brasil Político - Nação e Território | 19 |
| 5) Questões Comentadas - Organização do Estado brasileiro - Multibancas | 23 |
| 6) Lista de Questões - O Brasil Político - Nação e Território | 28 |
| 7) Lista de Questões - Organização do Estado brasileiro - Multibancas | 31 |



APRESENTAÇÃO DO CURSO

Caros alunos,

É com imenso prazer que nos encontramos no **ESTRATÉGIA CONCURSOS** para esta jornada em busca de um excelente resultado na disciplina de **CIÊNCIAS HUMANAS** no seu concurso público.

Sou o **Professor Leandro Signori**, ingressei no serviço público com 21 anos e já trabalhei nas três esferas da administração pública – municipal, estadual e federal - o que tem sido de grande valia para a minha formação profissional – servidor e docente. Nas Prefeituras de Porto Alegre e São Leopoldo, desenvolvi minhas atividades nas respectivas secretarias municipais de meio ambiente; na administração estadual, fui servidor da Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), estatal do governo do Rio Grande do Sul.

Durante muitos anos, fui também servidor público federal, atuando como geógrafo no Ministério da Integração Nacional, onde trabalhei com planejamento e desenvolvimento territorial e regional.

Graduei-me em **Geografia – Licenciatura** - pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e – **Bacharel** - pelo UNICEUB em Brasília. A oportunidade de exercer a docência e poder alcançar o conhecimento necessário para a aprovação dos meus alunos me inspira diariamente e me traz grande satisfação. Como professor em cursos preparatórios *online* e presencial, ministro as disciplinas de Atualidades, Conhecimentos Gerais, Realidade Brasileira, Geografia e Conhecimentos Regionais dos Estados e Municípios.

Quem quiser pode me seguir nas minhas redes sociais: **Instagram: @profleandrosignori**, **Telegram: <https://t.me/profleandrosignori>** e **YouTube: Leandro Signori**. Nelas, divulgo gabaritos extraoficiais de provas, publico artigos, compartilho notícias e informações importantes do mundo atual.

As Ciências Humanas são o campo do conhecimento que estuda as complexidades e peculiaridades da sociedade humana, procurando compreender suas relações, suas criações e os fenômenos sociais, históricos e culturais que a compõem.

O curso de Ciências Humanas transita na interdisciplinaridade das disciplinas de geografia, história e sociologia. É deste encontro que surgem os conteúdos do nosso curso, com temas relacionados a complexidade da sociedade brasileira e mundial e a produção e as e contínuas transformações do território do Brasil.

Sejam muito bem-vindos a este estudo!

Rumo a aprovação no nosso concurso e um forte abraço!

Prof. Leandro Signori



O BRASIL POLÍTICO: NAÇÃO E TERRITÓRIO

Vamos começar o nosso estudo entendendo o que é nação, território e Estado.

A **nação** é um termo utilizado para se referir a um grupo de pessoas ou habitantes que compartilha de uma mesma origem étnica, de um mesmo idioma e de costumes relativamente homogêneos, ou seja, semelhantes entre os seus pares. Além de apresentar todos esses aspectos, uma nação para ser considerada como tal precisa agregar um sentimento de pertença ao todo desse grupo, ou seja, é preciso haver uma vontade por parte dos indivíduos em formarem uma nação.

Para sustentar o andamento de uma nação, sob o ponto de vista cultural, os cidadãos adotam os mesmos costumes, os mesmos padrões morais que regem o que é certo e o que é errado, uma mesma religião e os mesmos hábitos sociais. Além disso, há sempre uma busca por uma coesão espacial ou geográfica, ou seja, uma constante procura para que os indivíduos de uma mesma nação se mantenham sempre próximos e unidos em um mesmo local.

Para garantir essa união, as diferentes nações buscam consolidar os seus **territórios** a fim de assegurar a sua posse e a sua soberania. Mas o que é território?

O **território** é um espaço delimitado e apropriado por relações de poder. A palavra “Estado” significa “estar firme” para dominar uma sociedade política e territorialmente organizada. No sentido político, é uma instituição social e politicamente organizada que exerce soberania sobre um território, delimitado por fronteiras com limites precisos e protegido pelas Forças Armadas, tem uma administração burocrática e é organizado em esferas de poder.

O Brasil possui todos estes elementos, um povo, um território e se constitui em um Estado.

Na sua atual configuração política, o Brasil é uma República Federativa composta por **26 estados**, o **Distrito Federal** e por **5.568 municípios**. Seu sistema federativo foi adotado a partir de 1889, com a Proclamação da República, que transformou as províncias em estados.

O Brasil é o **quinto país mais extenso do planeta**, sua área é de 8.514.876 quilômetros quadrados, apresentando-se inferior apenas à Rússia, Canadá, China e Estados Unidos.

O território brasileiro corresponde a, aproximadamente, 1,6% da superfície do planeta; 5,6% das terras emersas do globo; 20,8% da extensão territorial da América e 48% das áreas que constituem a América do Sul. A grande extensão do território brasileiro no sentido leste-oeste faz com que o país possua quatro fusos horários diferentes.

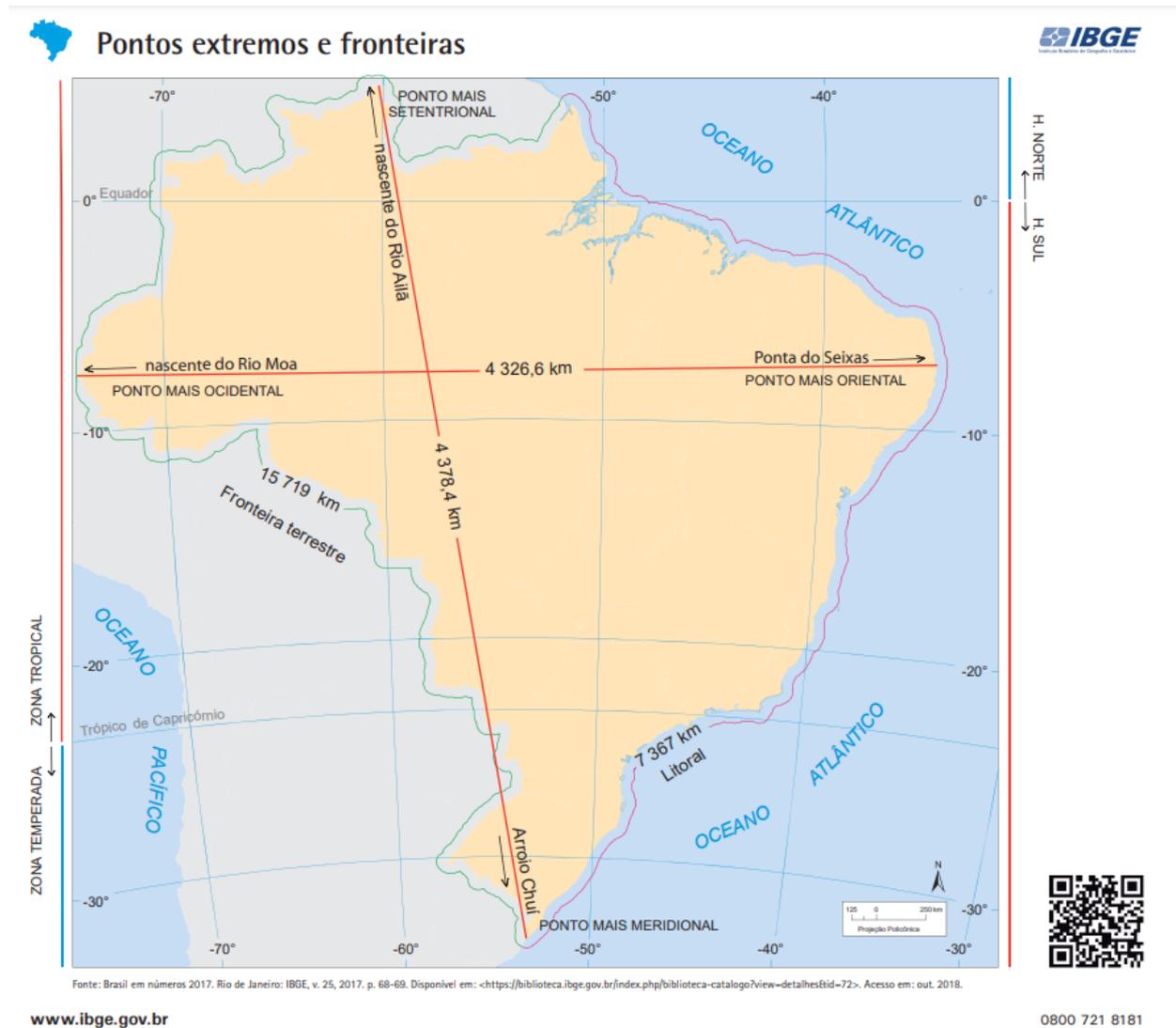
Todo o território brasileiro está localizado a oeste do meridiano de Greenwich, portanto, sua área pertence ao hemisfério ocidental. A linha do Equador passa no extremo norte do país, fazendo com que 7% de seu território pertença ao hemisfério norte e 93% localizado no hemisfério sul.

Cortado ao sul pelo Trópico de Capricórnio, apresenta 92% do território na zona intertropical (entre os trópicos de Câncer e de Capricórnio). Os 8% restantes estão na zona temperada do sul (entre o Trópico de Capricórnio e o Círculo Polar Antártico).



A localização geográfica de qualquer ponto do planeta é realizada através da latitude (norte e sul) e longitude (leste-oeste). A maior extensão no sentido leste-oeste é de 4.326,6 km, entre os pontos extremos da nascente do Rio Moa, no Acre, a oeste, com longitude de 73°59'32"; e a Ponta do Seixas, na Paraíba, a leste, com longitude 34°47'30".

Os extremos no sentido norte-sul apresentam 4.378,4 km de distância, onde estão a nascente do rio Ailã, em Roraima, ao norte do território, com latitude 5°16'20"; e o Arroio Chuí, no Rio Grande do Sul, no extremo sul, com latitude 33°45'03".



A fronteira brasileira

O Brasil faz fronteira com quase todos os países sul-americanos, exceção feita ao Equador e ao Chile. Suas fronteiras estendem-se por 23.086 km que compreendem uma seção marítima de 7.367 km e outra terrestre, de 15.719 km. São 570 municípios fronteiriços espalhados por 11 estados. Na seção terrestre, o país faz



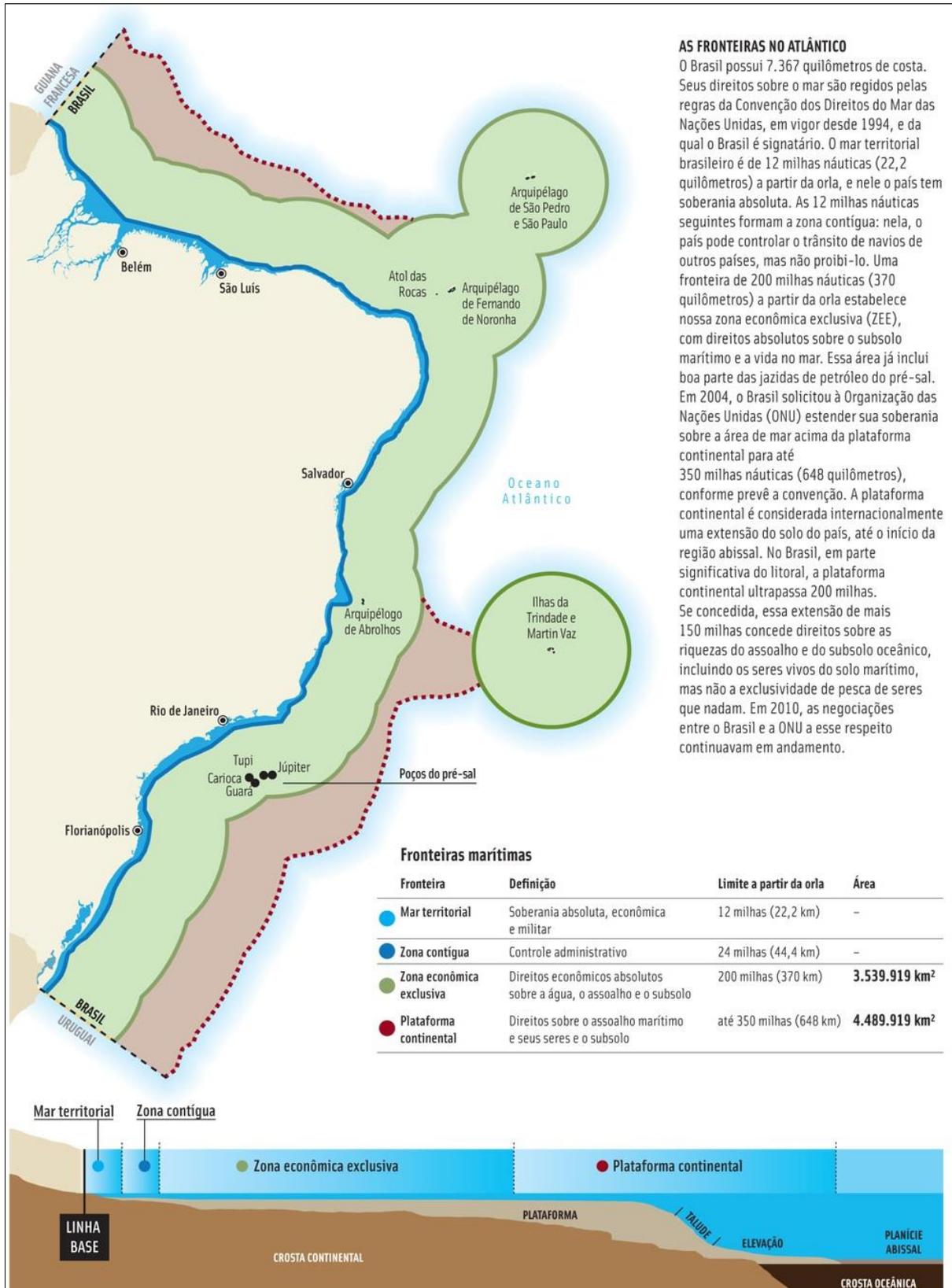
fronteira com Bolívia, Peru, Venezuela, Colômbia, Guiana, Paraguai, Argentina, Uruguai, Suriname e Guiana Francesa, que é um departamento ultramarino da França.

No mapa a seguir, podemos observar a localização do Brasil na América do Sul e os países com os quais faz fronteira.



A soberania do Estado aplica-se, integralmente, para o espaço atmosférico sobre o território e se estende sobre a faixa oceânica contígua nos termos da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar

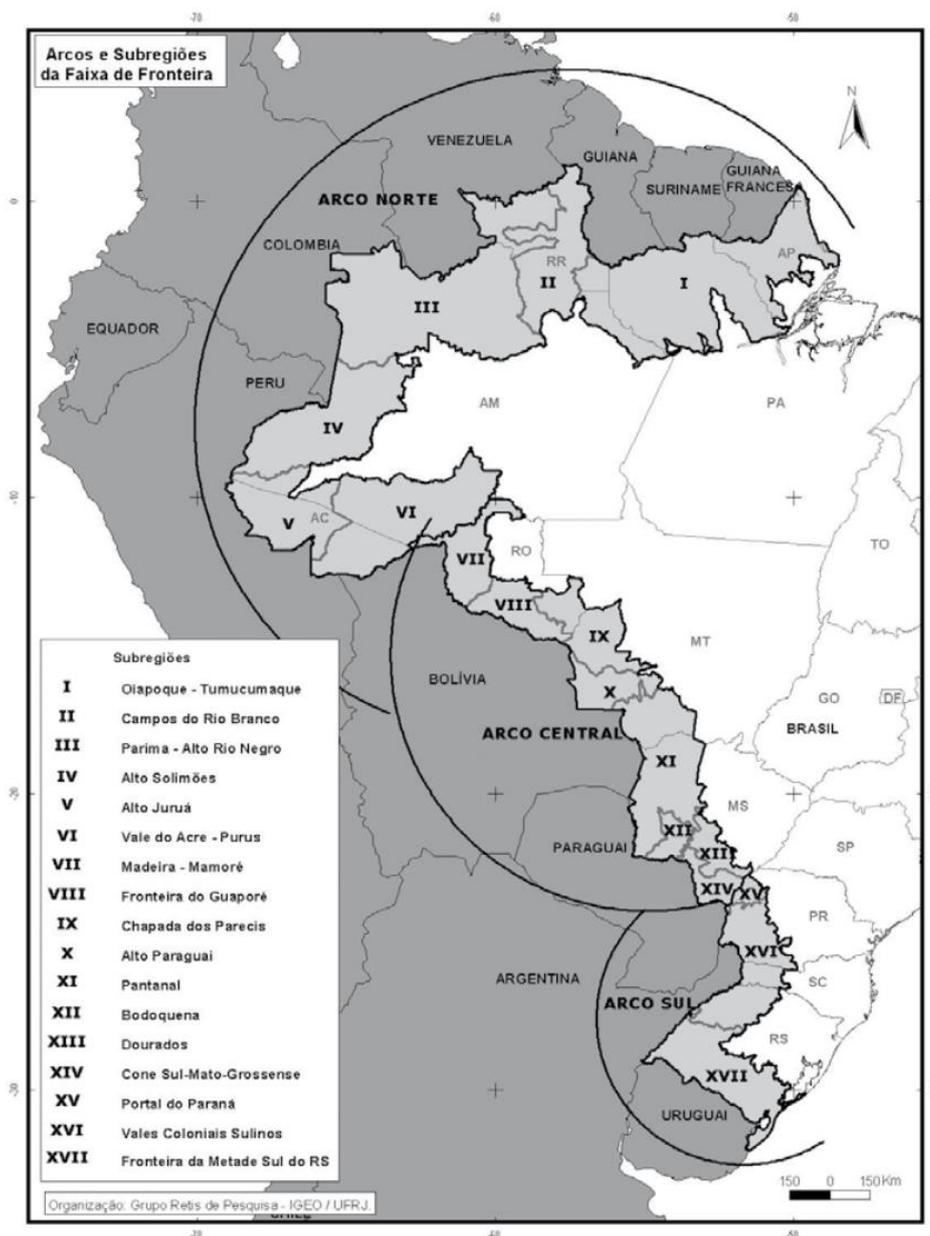
(CNUDM) em vigor desde novembro de 1994, e, atualmente, ratificada por 156 países. Observe o esquema a seguir:



A Faixa de Fronteira

A Constituição de 1988 considera **faixa de fronteira** uma largura de 150 km ao longo das fronteiras terrestres. Fundamental para a defesa do território nacional, essa área está sujeita a regras especiais de uso do solo, de propriedade e de exploração econômica. Nela, a realização de obras de infraestrutura, tais como aquelas voltadas para transporte, obras de engenharia, como pontes, e a exploração de recursos minerais dependem de autorização especial do governo federal. Por motivos de soberania e de segurança nacional, somente empresas controladas por brasileiros podem atuar na faixa de fronteira.

Brasil: faixa de fronteira



Fonte: BRASIL. Proposta de reestruturação do programa de desenvolvimento da faixa de fronteira. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005. p. 53.



Cidades gêmeas

Há diversas cidades brasileiras em fronteira que se caracterizam pela integração urbana com cidades de países vizinhos. Muitas vezes, não há um rio ou outro elemento natural que separe a cidade brasileira de sua “irmã gêmea” de outro país. Geralmente, a divisão é feita por uma rua, ficando o Brasil de um lado e o país vizinho do outro. Vem crescendo o número de cidades fronteiriças com essa característica, atualmente, são 32 cidades brasileiras assim. O Ministério da Integração Nacional, nesse contexto, definiu, em 2014, como cidades gêmeas:

“Os municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, integrada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo, ou não, apresentar unificação da malha urbana com cidade do país vizinho. Não serão consideradas cidades gêmeas aquelas com população inferior a 2 mil habitantes.”

Não são muitas as cidades gêmeas nas faixas de fronteira do Brasil com os países vizinhos. Elas se concentram principalmente no Rio Grande do Sul (fronteira com Argentina e Uruguai), seguido pelo Mato Grosso do Sul, na fronteira com o Paraguai. Esse reduzido número de cidades gêmeas é reflexo da própria história da colonização e povoamento da América do Sul, que se concentrou no litoral do Atlântico, no caso do Brasil, e nos Andes, na América espanhola.

A existência dessas cidades favorece a integração econômica, política e cultural entre os países, visto que há grande fluxo de pessoas, comércio internacional e capitais. Não raro, infraestruturas são construídas para atender ambas as cidades, como também benfeitorias, favorecendo o desenvolvimento regional bilateral.

São exemplos de cidades gêmeas: Ciudad del Leste (Paraguai) e Foz do Iguaçu; Pedro Juan Caballero (Paraguai) e Ponta Porã; Rivera (Uruguai) e Santana do Livramento; Leticia (Colômbia) e Tabatinga, entre outras.

Divisão regional do Brasil

A divisão do Brasil em grandes regiões é atribuição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e tem o objetivo de **reunir estados com traços físicos, humanos, econômicos e sociais comuns**, o que ajuda no **planejamento de políticas** voltadas para áreas com necessidades semelhantes.

Várias divisões regionais do território foram estabelecidas no decorrer da história do Brasil. A primeira surgiu em 1913 e era baseada apenas em aspectos físicos. A partir de 1940, a divisão leva em conta os aspectos socioeconômicos, além dos físicos. A atual está em vigor desde 1970 e criou cinco regiões: Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul. Ela sofreu algumas alterações depois das mudanças introduzidas pela Constituição de 1988. O Estado do Tocantins é criado e passa a fazer parte da Região Norte. Roraima e Amapá deixam de ser territórios federais e transformam-se em estados. Fernando de Noronha é incorporado ao Estado de Pernambuco.

Veja no mapa a seguir, as macrorregiões brasileiras e os estados que as compõem.





Legenda

- Limite de Estado
- Limite do País
- ★ Capital de Estado
- ★ Capital de País

Região

- Norte
- Nordeste
- Sudeste
- Sul
- Centro-Oeste

A despeito do tipo de recorte, o fato é que as disparidades entre as regiões são muito grandes. Para ter uma ideia, a Região Sudeste, a segunda menor em área, possui o maior número de habitantes, o maior percentual de pessoas que vivem em cidades e é responsável por mais da metade do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

A Região Nordeste, por sua vez, apresenta alguns dos mais baixos indicadores sociais. A Região Norte, com o segundo menor número de habitantes, apresenta o maior contingente de população indígena e tem o mais alto índice de crescimento demográfico.

A Região Sul, seguida de perto pela Sudeste, é a que apresenta os melhores indicadores: tem o menor índice de mortalidade infantil e a menor taxa de analfabetismo.

A Região Centro-Oeste, embora conte com população menor, apresenta acelerado crescimento demográfico, atrás apenas da Região Norte.



RESUMO

O Brasil é uma República Federativa composta por **26 estados**, o **Distrito Federal** e por **5.568 municípios**. É o **quinto país mais extenso do planeta**, a sua extensão territorial corresponde a 48% das áreas que constituem a América do Sul.

O Brasil faz fronteira com quase todos os países sul-americanos, exceção feita ao Equador e ao Chile. Suas fronteiras estendem-se por 23.086 km que compreendem uma seção marítima de 7.367 km e outra terrestre, de 15.719 km. São 570 municípios fronteiriços espalhados por 11 estados.

A Constituição de 1988 considera **faixa de fronteira** uma largura de 150 km ao longo das fronteiras terrestres. Fundamental para a defesa do território nacional, essa área está sujeita a regras especiais de uso do solo, de propriedade e de exploração econômica.

Fronteiras marítimas

| Fronteira | Definição | Limites a partir da orla |
|--|--|--------------------------|
| Mar territorial | Soberania absoluta, econômica e militar | 12 milhas (22,2 Km) |
| Zona contígua | Controle administrativo | 24 milhas (44,4 Km) |
| Zona econômica exclusiva | Direitos econômicos absolutos sobre a água, o assoalho e o subsolo | 200 milhas (370 Km) |
| Plataforma continental (solicitação de extensão da ZEE) | Direitos sobre o assoalho marítimo e seus seres e o subsolo | Até 350 milhas (648 Km) |

A **divisão regional** tem o objetivo de **reunir estados com traços físicos, humanos, econômicos e sociais comuns**, o que ajuda no **planejamento de políticas** voltadas para áreas com necessidades semelhantes. Cinco regiões ou macrorregiões: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.



ORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO OU ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO BRASIL

A organização do Estado brasileiro ou a organização político-administrativa do Brasil refere-se à forma de Estado e de governo, ao sistema e ao regime de governo. Quanto à **forma de Estado**, o Brasil é uma **federação**. Quanto à **forma de governo**, é uma **república**. Essas duas caracterizações estão explícitas no próprio nome oficial do país, **República Federativa do Brasil**, e ao longo de diversos trechos da Constituição Federal.



Brasil

Forma de Estado: Federação

Forma de Governo: República

Pessoal, esse é um assunto bastante trabalhado em Direito Constitucional. Nosso objetivo aqui não é estudá-lo com o mesmo rigor técnico que vocês estudam nessa disciplina, pois, quando aparece em concursos públicos na nossa disciplina, é abordado de uma forma mais genérica, generalista. Dito isso, vamos ao nosso estudo!

Federação

O federalismo é a **forma de Estado** adotada no Brasil. Outras formas de Estado conhecidas e adotadas no mundo são o Estado Unitário e a Confederação. O sistema federativo foi adotado em nosso país no ano de 1889, com a Proclamação da República, que transformou as então províncias em estados.

Esse modelo se baseia na divisão de poderes entre um governo central e entidades subnacionais autônomas, como estados, províncias ou regiões. No federalismo, tanto o governo central quanto as unidades subnacionais possuem autoridade e competências definidas pela Constituição, sendo que cada uma possui sua própria esfera de atuação e responsabilidades.

A federação tem como característica a **descentralização do poder**, buscando equilibrar a autonomia das unidades subnacionais com a necessidade de manter a unidade e a integridade do Estado. É adotado por diversos países ao redor do mundo, incluindo os Estados Unidos, Rússia, Alemanha e Argentina, porém, cada modelo possui suas diferenças e particularidades.

Como vimos, no Brasil, o modelo da federação está explícito no nosso próprio nome oficial, **República Federativa do Brasil**, e ao longo de diversos trechos da Constituição Federal. Logo no primeiro artigo do texto constitucional, já é estabelecida a forma como é feita a divisão dos poderes no território:



Constituição Federal de 1988

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos (...)

Sendo um país federalista, o Brasil é formado pelos Estados, Municípios e o Distrito Federal; estes, são considerados como **entes federativos** e apresentam território definido por limites territoriais que representam a divisão político-administrativo do Brasil. Embora não seja mencionada nesse artigo, a União é considerada uma entidade federativa sob o aspecto da organização político-administrativa, conforme estabelece o art. 18 da Constituição Federal.

Constituição Federal de 1988

Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

A **União** é a entidade federativa de maior abrangência no Brasil, representando o Governo Federal. Ela tem como principais competências questões de interesse nacional, como defesa nacional (incluindo as Forças Armadas), relações exteriores, política fiscal, cambial e monetária, grandes projetos de infraestrutura, entre outras. As leis federais têm precedência sobre as leis estaduais e municipais e abrangem muitos aspectos importantes da vida do país.

O Brasil é composto atualmente por **26 Estados** e o **Distrito Federal**, que são a divisão territorial de maior hierarquia. Cada estado tem sua própria Constituição Estadual e autonomia para legislar sobre questões que são de sua competência, como por exemplo, segurança pública, programas habitacionais e transporte público interurbano.

O Distrito Federal (DF) é um ente federativo com características singulares, atípicas, anômalas e híbridas. Ele foi criado para abrigar a capital do país, Brasília, e possui uma administração compartilhada com a União em alguns aspectos. O Governador do Distrito Federal é o chefe do Poder Executivo local. O DF não pode ser dividido em municípios e detém as competências destinadas aos Estados e Municípios, no âmbito dos poderes Executivo e Legislativo.

Já os **Municípios**, recorte territorial de menor hierarquia no país, são responsáveis pela administração local, sendo a sua competência instituir serviços de limpeza urbana, iluminação pública, saneamento básico, espaços públicos, postos de saúde, entre outros. Os municípios são regidos pela Lei Orgânica Municipal, cujos princípios não podem contrariar os da Constituição Federal e Estadual.

República

Existem apenas duas formas de governo: república e monarquia. Em uma monarquia, o monarca exerce a função de chefe de Estado, às vezes acumulando a função de chefe de governo, geralmente até a sua morte.

Já em uma república, os assuntos do Estado são assuntos públicos e que devem ser conhecidos pelos cidadãos e todos (incluindo os governantes) devem seguir um conjunto de leis, normalmente fundamentada



por uma Constituição, que protege e respeita o bem público. A República é vista, mais recentemente, como uma forma de governo na qual os chefes de Estado e de Governo são eleitos pelo povo ou seus representantes, tendo a sua chefia uma duração limitada.

O Brasil adota o modelo de **república presidencialista**, no qual o presidente é o chefe de governo e o chefe de Estado e comanda o Executivo, que é independente do Legislativo. O presidente é eleito para mandatos fixos em períodos pré-estabelecidos.



Chefe de Estado ou Chefe de Governo?

Para os brasileiros esta distinção não é óbvia, pois o presidente da República está incumbido de ambas as funções. Em governos parlamentaristas esta divisão é pronunciada, mas varia de acordo com as leis de cada país.

O chefe de Estado representa o Estado em assuntos internacionais, como na diplomacia e em discussões de acordos; ele é o representante do Estado frente aos outros estados soberanos e comandante supremo das Forças Armadas. Já o chefe de governo cuida dos assuntos administrativos e cotidianos do governo, sendo a pessoa que de fato governa o país.

Ambos são representantes do Poder Executivo, sendo que “Chefe de Estado” normalmente é a posição mais alta e “Chefe de Governo” é a segunda posição mais alta

Por fim, vamos lembrar que o regime de governo no Brasil é a **democracia**, no qual o poder é exercido pelo povo, com eleições livres, justas e regulares de escolhas dos seus representantes ou de forma direta nos termos da Constituição Federal.



| | | |
|------------------------------------|-------------------------|---|
| F orma de G overno | República | Só lembrar da frase: FOGO na República |
| F orma de E stado | Federação | Para lembrar: F orma de E stado, as duas iniciais formam FE de Federação |
| S istema de G overno | Presidencialismo | Só lembrar da frase: SIGO o Presidente |
| R egime de G overno | Democracia | Só lembrar da frase: REGO democrático |



Estrutura dos Poderes

O Brasil adota a estrutura de organização dos poderes políticos em três grandes poderes, ideia que foi desenvolvida na época do Iluminismo e foi sistematizada pelo filósofo Montesquieu. Desse modo, o Estado Brasileiro é formado pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, conforme estabelece o artigo 2º da nossa Constituição Federal:

Constituição Federal de 1988

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Essa divisão é uma **cláusula pétrea** na Constituição Federal, isto é, não pode ser alterada por Proposta de Emenda à Constituição (PEC).

Poder Executivo

A atribuição do Executivo é a de governar o povo e administrar os interesses públicos. Juntamente do Legislativo, participa da elaboração de leis e as executa.

O chefe do Poder Executivo em nível federal é o presidente da república. Em nível estadual, são os governadores, e, em nível municipal, são os prefeitos.

O mandato do presidente, governadores e prefeitos é de quatro anos, podendo ser renovado por mais quatro. As eleições para presidente e governadores ocorrem no mesmo momento, enquanto as eleições para prefeitos ocorrem em período alternado.

Poder Legislativo

A atribuição central do Legislativo é de elaborar e propor as leis que regerão a sociedade.

O Poder Legislativo brasileiro é exercido pelo **Congresso Nacional**, composto por duas casas legislativas: o **Senado Federal** e a **Câmara dos Deputados**. O primeiro é integrado por representantes dos Estados, os senadores. A Câmara dos Deputados é composta por representantes do povo, os deputados federais.

Nos estados, o Poder Legislativo é constituído pelas Assembleias Legislativas Estaduais, compostas pelos deputados estaduais. Já em nível municipal, os representantes do Poder Legislativo são os vereadores.

Os mandatos dos deputados federais, deputados estaduais e vereadores são de quatro anos, enquanto o dos senadores são de oito anos.

Poder Judiciário

O Poder Judiciário tem a capacidade e a prerrogativa de julgar de acordo com as regras constitucionais e leis do país. Dos três poderes, é o único cujos titulares não são eleitos pela população.



É constituído em suas instâncias mais altas pelo Supremo Tribunal Federal e pelos tribunais superiores de Justiça, do Trabalho, Eleitoral e Militar. Os seus membros são os juízes, desembargadores e ministros.



RESUMO

Organização do Estado brasileiro ou organização político-administrativa do Brasil

Forma de Estado: Federação

Forma de Governo: República

Sistema de Governo: Presidencialismo

Regime de Governo: Democracia

Federação

O sistema federativo foi adotado em nosso país no ano de 1889, com a Proclamação da República, que transformou as então províncias em estados.

A federação tem como característica a **descentralização do poder**. Sendo um país federalista, o Brasil é formado pelos Estados, Municípios e o Distrito Federal; estes, são considerados como **entes federativos** e apresentam território definido por limites territoriais que representam a divisão político-administrativo do Brasil

A **União** é a entidade federativa de maior abrangência no Brasil, representando o Governo Federal.

O Brasil é composto atualmente por **26 Estados** e o **Distrito Federal**, que são a divisão territorial de maior hierarquia.

O Distrito Federal (DF) é um ente federativo com características singulares, atípicas, anômalas e híbridas. Ele foi criado para abrigar a capital do país, Brasília, e possui uma administração compartilhada com a União em alguns aspectos.

Já os **Municípios**, recorte territorial de menor hierarquia no país, são responsáveis pela administração local.

República

Na República, os chefes de Estado e de Governo são eleitos pelo povo ou seus representantes, tendo a sua chefia uma duração limitada.

O Brasil adota o modelo de **república presidencialista**, no qual o presidente é o chefe de governo e o chefe de Estado e comanda o Executivo, que é independente do Legislativo.

Estrutura dos Poderes

O Brasil adota a estrutura de organização dos poderes políticos em três grandes poderes, ideia que foi desenvolvida na época do Iluminismo e foi sistematizada pelo filósofo Montesquieu. Desse modo, o Estado Brasileiro é formado pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Poder Executivo: A atribuição do Executivo é a de governar o povo e administrar os interesses públicos. Juntamente do Legislativo, participa da elaboração de leis e as executa. O chefe do Poder Executivo em



nível federal é o presidente da república. Em nível estadual, são os governadores, e, em nível municipal, são os prefeitos.

Poder Legislativo: A atribuição central do Legislativo é de elaborar e propor as leis que regerão a sociedade. O Poder Legislativo brasileiro é exercido pelo **Congresso Nacional**, composto por duas casas legislativas, por isso, chamado de **bicameral**: o **Senado Federal** e a **Câmara dos Deputados**

Poder Judiciário: O Poder Judiciário tem a capacidade e a prerrogativa de julgar de acordo com as regras constitucionais e leis do país. **Dos três poderes, é o único cujos titulares não são eleitos pela população.**



QUESTÕES COMENTADAS - MULTIBANCAS

1. (IBFC/IBGE/2023) Desde o início da colonização, o território do Brasil já passou por diferentes divisões político-administrativas. No que se refere à atual divisão político-administrativa e regional do Brasil, assinale a alternativa correta:

- a) O Brasil é dividido em seis Grandes Regiões.
- b) O país é constituído por vinte e oito estados.
- c) A sede do Governo Federal está localizada no Distrito Federal.
- d) 645 é o número total de municípios no Brasil.
- e) Distrito é a localidade onde está sediada a Prefeitura Municipal.

COMENTÁRIOS:

- a) Incorreta.** O Brasil é dividido em cinco grandes regiões: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.
- b) Incorreta.** O Brasil é constituído por 26 estados e o Distrito Federal, totalizando 27 unidades federativas.
- c) Correta.** O Distrito Federal abriga a sede do Governo Federal brasileiro, onde está localizado o Palácio do Planalto e onde o Presidente da República exerce as suas funções.
- d) Incorreta.** O Brasil tem 5.568 municípios, mais o Distrito Federal e o distrito estadual de Fernando de Noronha, que pertence ao estado de Pernambuco.
- e) Incorreta.** O termo "distrito" refere-se a uma subdivisão administrativa de um município, cuja sede é a vila. Considera-se diferente de distrito-sede, em que sede é a própria cidade onde está localizada a Prefeitura Municipal.

Gabarito: C

2. (FEPESE/PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ-SC/2021) O Brasil tem sua localização geográfica em qual continente do globo terrestre?

- A) Continente Asiático
- B) Continente Europeu
- C) Continente Africano
- D) Continente Americano
- E) Continente Antártico



COMENTÁRIOS:

O Brasil está localizado no continente americano, mais precisamente, na América do Sul.

Gabarito: D

3. (FEPESE/PREFEITURA DE CAXAMBU DO SUL/2019) Apenas dois países sul-americanos não fazem fronteira com o Brasil.

Assinale a alternativa que os identifica.

A) Argentina e Bolívia

B) Canadá e Uruguai

C) Chile e Equador

D) Chile e Paraguai

E) Panamá e Colômbia

COMENTÁRIOS:

Chile e Equador são os dois únicos países sul-americanos que não fazem fronteira com o Brasil.

Gabarito: C

4. (ADVISE/PREFEITURA DE CUITÉ DE MAMANGUAPE-PB/2016) Acerca das regiões do Brasil, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

I. A Região Nordeste ocupa a maior área territorial brasileira e é a região que possui a maior costa litorânea do país.

II. A Região Centro-oeste é considerada a única região brasileira que não é banhada pelo mar e sua localização permite ligação de fronteira com todas as outras regiões brasileiras.

III. A Região Sul é composta por três estados e faz fronteira com o Uruguai, Argentina, Paraguai e Chile.

A) Apenas I está correta;

B) Apenas II está correta;

C) Apenas III está correta;

D) Apenas I e II estão corretas;

E) I, II e III estão corretas.



COMENTÁRIOS:

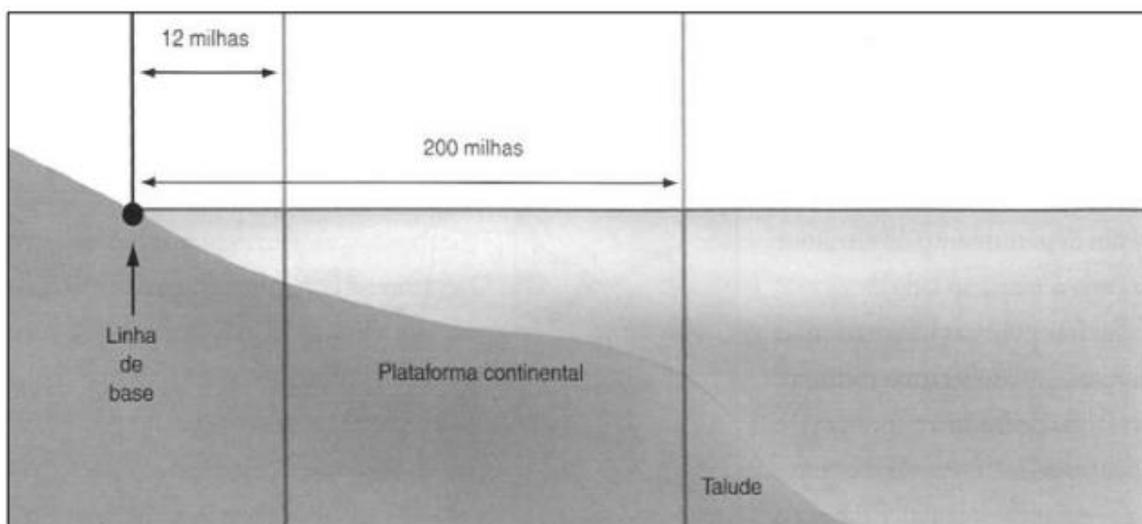
I- Incorreta. A região que ocupa a maior área territorial brasileira é a Região Norte, seguida da Região Centro-Oeste. Porém, a Região Nordeste de fato possui a maior costa litorânea do país.

II- Correta. O Centro-Oeste é a única região brasileira que não é banhada pelo mar. Apesar disso, ela faz fronteira com os limites de todas as regiões brasileiras.

III- Incorreta. A Região Sul é composta por três estados, mas não faz fronteira com o Chile. Nenhum país brasileiro faz fronteira com o Chile, que está na costa oeste da América do Sul. A Região Sul faz fronteira externa com o Uruguai, Argentina e Paraguai.

Gabarito: B

5. (FGV/IBGE/2016 – TÉCNICO DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS A I) Observe a figura abaixo:



Adaptado de: MAGNOLI, Demétrio. Geografia para o ensino médio. São Paulo: Atual, 2008, p. 182.

Em 4 de janeiro de 1993, o Governo brasileiro sancionou a Lei nº 8.617, que tornou os limites marítimos brasileiros coincidentes com os limites preconizados pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) em 1982.

De acordo com a legislação brasileira, a faixa de 12 milhas marítimas e a faixa que se estende das doze às duzentas milhas marítimas, indicadas na figura acima, são denominadas, respectivamente:

- (A) território nacional estendido e alto mar;
- (B) zona franca internacional e região do pré-sal;
- (C) território nacional contíguo e Amazônia azul;
- (D) mar territorial e zona econômica exclusiva;

(E) mar de soberania nacional e zona abissal.

COMENTÁRIOS:

Até 12 milhas marítimas temos o mar territorial. Na faixa que se estende de 12 a 24 milhas, temos a zona contígua e, na faixa de 24 a 200 milhas, a zona econômica exclusiva. Percebam que a questão não citou a zona contígua, mas as demais alternativas são claramente incorretas, não deixando dúvidas sobre a alternativa correta.

Gabarito: D



QUESTÕES COMENTADAS - MULTIBANCAS

ORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO OU ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO BRASIL

1. (CEBRASPE/TJ-SC/2023) Tendo em vista que, atualmente, o Brasil é uma República federativa e segue o modelo presidencialista de governo, assinale a opção correta.

a) No presidencialismo existente no Brasil, a nomeação de ministros de Estado depende da aprovação formal do Poder Legislativo.

b) O Poder Legislativo brasileiro segue o modelo estadunidense, razão pela qual é unicameral, ou seja, há apenas uma assembleia geral.

c) A eleição presidencial brasileira é feita por voto direto e universal, mas a aprovação do resultado das urnas necessita do aval de um colégio eleitoral, à maneira da realidade estadunidense.

d) O Poder Executivo brasileiro, no âmbito da União, é exercido pelo presidente da República, auxiliado pelos ministros de Estado; nos estados, pelos governadores; nos municípios, pelos prefeitos.

e) O Poder Judiciário brasileiro, cuja posição mais elevada é ocupada pelo Superior Tribunal de Justiça, é responsável pela elaboração das leis relativas ao direito penal.

COMENTÁRIOS:

a) Incorreta. No sistema presidencialista brasileiro, o presidente da República tem o poder exclusivo de nomear e exonerar ministros de Estado, sem necessidade de aprovação do Poder Legislativo.

b) Incorreta. O Brasil adota um sistema bicameral, ou seja, possui duas casas legislativas: a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. O sistema legislativo estadunidense também é bicameral. Porém, há diferenças e particularidades entre os sistemas dos dois países.

c) Incorreta. No Brasil, a eleição presidencial é feita por voto direto e universal. Nos Estados Unidos, os eleitores elegem delegados dos estados, que formam o colégio eleitoral que vai eleger o presidente do país.

d) Correta. No Brasil, o Poder Executivo é exercido pelo presidente da República, auxiliado pelos ministros de Estado, a nível federal; pelos governadores, nos estados; e pelos prefeitos, nos municípios.

e) Incorreta. O Poder Judiciário é responsável pela interpretação das leis e pela aplicação do direito, mas não elabora as leis. A função de legislar é atribuída ao Poder Legislativo, que é composto pelo Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal) em nível federal, pelas assembleias legislativas nos estados e pelas câmaras municipais nos municípios. A posição mais elevada no Judiciário é do Supremo Tribunal Federal (STF).

Gabarito: D



2. (CEBRASPE/TJ-SC/2023) Com relação à estrutura política e eleitoral em vigor no Brasil, assinale a opção correta.

- a) O pluripartidarismo foi formalmente suprimido do cenário político brasileiro, restando apenas dois grandes partidos políticos em ação no Brasil.
- b) As eleições de governador de estado sempre acontecem em anos alternados com a eleição de presidente da República.
- c) Prefeitos e vereadores são eleitos por voto indireto.
- d) Os senadores têm mandato de oito anos, enquanto os deputados federais têm mandato de quatro anos.
- e) No Brasil, os analfabetos e as pessoas com mais de setenta anos de idade não têm direito de votar nas eleições.

COMENTÁRIOS:

a) Incorreta. O Brasil é um país com um sistema político caracterizado pelo pluripartidarismo, o que significa que há a presença de diversos partidos políticos ativos no cenário político. No final de 2023, havia 29 partidos políticos registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

b) Incorreta. As eleições para presidente da república e governadores de estado ocorrem no mesmo ano e na mesma data. As eleições para prefeitos ocorrem em anos alternados.

c) Incorreta. Prefeitos e vereadores são eleitos por voto direto da população. Isso significa que os cidadãos elegem diretamente os seus representantes municipais por meio do voto nas urnas, sem a necessidade de intermediação por parte de outros representantes políticos.

d) Correta. No Brasil, os senadores têm mandato de oito anos, enquanto os deputados federais têm mandato de quatro anos. Essa diferença de tempo de mandato visa garantir a renovação gradual do Senado Federal. Em uma eleição, renova-se um terço dos 81 senadores, na eleição subsequente renova-se dois terços das cadeiras.

e) Incorreta. O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos. São facultativos, opcional, para os analfabetos, os maiores de setenta anos e os maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos. Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

Gabarito: D

3. (MPE-GO/MPE-GO/2022) Sobre a federação na Constituição da República de 1988, assinale a opção correta acerca das seguintes assertivas:

I - A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos da Constituição da República de 1988.



II - Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.

III - Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens II e III estão corretos.
- d) Os itens I, II e III estão corretos.

COMENTÁRIOS:

I - Correto. Transcrição literal do artigo 18 da Constituição Federal de 1988. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos da Constituição da República de 1988. A autonomia consiste na autonomia política, administrativa, financeira e autogoverno.

II - Correto. Os Territórios Federais integram a União e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem são temas regulados por lei complementar, conforme estabelece a Constituição. Territórios são autarquias da União, descentralizações administrativas-territoriais da União. Não possuem autonomia política. Atualmente não existe nenhum território federal no Estado brasileiro.

III- Correto. O Distrito Federal (DF) não é estado, nem município, e o Distrito Federal, onde está Brasília, a capital federal. Ao Distrito Federal (DF) são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios.

Gabarito: D

4. (QUADRIX/PRODAM-AM/2022) Na República brasileira, o sistema político vigente é o

- a) parlamentarista.
- b) semipresidencialista.
- c) congressista.
- d) presidencialista.
- e) semiparlamentarista.

COMENTÁRIOS:

O sistema político vigente no Brasil é o presidencialista, como aponta a alternativa "D". No sistema presidencialista, o presidente é o chefe de Estado e de governo, acumulando funções executivas e representativas. No parlamentarismo, o presidente é o chefe de Estado, eleito pelo povo e o primeiro-



ministro é o chefe de governo, eleito pelo parlamento. No semiparlamentarismo, o presidente e o primeiro-ministro são eleitos pelo povo. Por fim, no semipresidencialismo, o presidente é o chefe de estado. O primeiro-ministro é o chefe de governo, mas é escolhido pelo presidente do país. Desconheço a existência de um sistema congressista. Rsr.

Gabarito: D

5. (FGV/TRT-PB/2022) Nas eleições deste ano, elegemos nosso futuro Presidente, nossos futuros Governadores de estado, senadores, deputados federais e deputados estaduais. Desses, são representantes do Poder Legislativo

- (A) os governadores e os senadores.
- (B) o Presidente e os senadores.
- (C) os governadores, os deputados e os senadores.
- (D) os senadores, apenas.
- (E) os deputados federais, os deputados estaduais e os senadores.

COMENTÁRIOS:

O caput da questão se refere ao ano de 2022, onde tivemos eleições federais e estaduais. Os representantes do Poder Legislativo no Brasil são os deputados federais, os deputados estaduais e os senadores. O presidente e os governadores, que também foram eleitos em 2022, são representantes do Poder Executivo.

Gabarito: E

6. (QUADRIX/CREMEGO/2022) O Supremo Tribunal Federal (STF) é a mais alta Corte do Poder Judiciário brasileiro.

COMENTÁRIOS:

Também conhecido como Suprema Corte, o Supremo Tribunal Federal é a mais alta instância do Poder Judiciário brasileiro; está no topo da hierarquia entre os tribunais. Desse modo, sendo um tribunal nacional, a sua jurisdição abrange todo o território brasileiro.

Gabarito: Certo

7. (CEBRASPE/PGE-PE/2019 – ANALISTA JUDICIÁRIO) Na qualidade de esteio maior da lei, a justiça protagonizada pela formalidade do Poder Judiciário deve atender aos interesses dos demais poderes da República.

COMENTÁRIOS:



O artigo 2º da Constituição de 1988 prescreve: “São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”. O Poder Executivo exerce a função administrativa, o Poder Legislativo, a função legislativa e fiscalizatória, e o Poder Judiciário, a função judicial.

Cada um desses órgãos exerce sua função de maneira predominante, mas não exclusiva. Além do mais, a Constituição prevê uma série de atribuições a cada Poder, de maneira que cada um deles efetue um “controle” sobre as atividades dos outros, “limitando-as”. Esse é um controle recíproco.

O Poder Judiciário julga conflitos com base na lei. As suas decisões até podem atender aos interesses dos demais poderes, em função de decisões proferidas com base na lei. Porém, não é um Poder subordinado aos interesses dos demais poderes. É um poder independente.

Gabarito: Errado



LISTA DE QUESTÕES

1. (IBFC/IBGE/2023) Desde o início da colonização, o território do Brasil já passou por diferentes divisões político-administrativas. No que se refere à atual divisão político-administrativa e regional do Brasil, assinale a alternativa correta:

- a) O Brasil é dividido em seis Grandes Regiões.
- b) O país é constituído por vinte e oito estados.
- c) A sede do Governo Federal está localizada no Distrito Federal.
- d) 645 é o número total de municípios no Brasil.
- e) Distrito é a localidade onde está sediada a Prefeitura Municipal.

2. (FEPESE/PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ-SC/2021) O Brasil tem sua localização geográfica em qual continente do globo terrestre?

- A) Continente Asiático
- B) Continente Europeu
- C) Continente Africano
- D) Continente Americano
- E) Continente Antártico

3. (FEPESE/PREFEITURA DE CAXAMBU DO SUL/2019) Apenas dois países sul-americanos não fazem fronteira com o Brasil.

Assinale a alternativa que os identifica.

- A) Argentina e Bolívia
- B) Canadá e Uruguai
- C) Chile e Equador
- D) Chile e Paraguai
- E) Panamá e Colômbia

4. (ADVISE/PREFEITURA DE CUITÉ DE MAMANGUAPE-PB/2016) Acerca das regiões do Brasil, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa CORRETA:



I. A Região Nordeste ocupa a maior área territorial brasileira e é a região que possui a maior costa litorânea do país.

II. A Região Centro-oeste é considerada a única região brasileira que não é banhada pelo mar e sua localização permite ligação de fronteira com todas as outras regiões brasileiras.

III. A Região Sul é composta por três estados e faz fronteira com o Uruguai, Argentina, Paraguai e Chile.

A) Apenas I está correta;

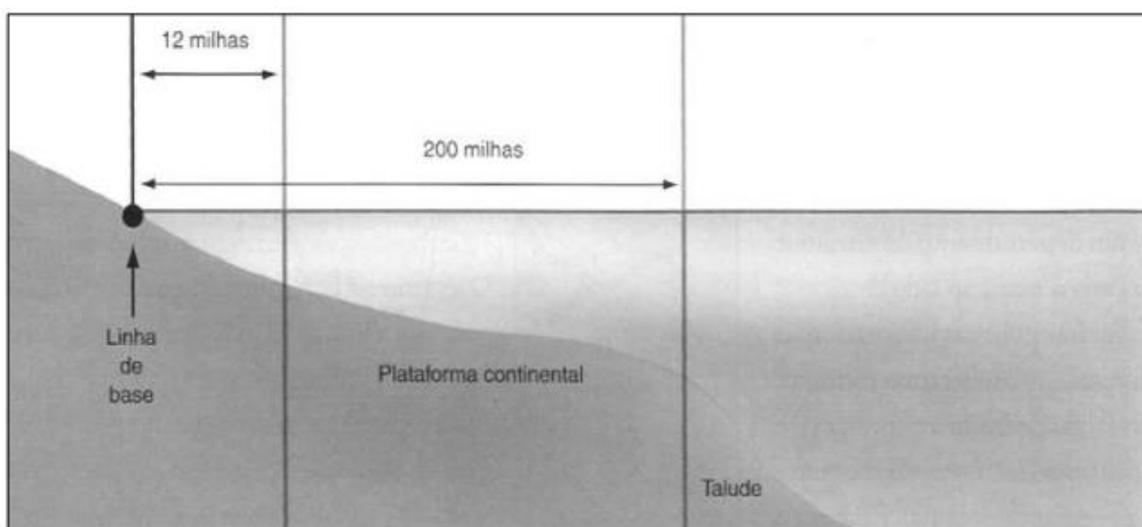
B) Apenas II está correta;

C) Apenas III está correta;

D) Apenas I e II estão corretas;

E) I, II e III estão corretas.

5. (FGV/IBGE/2016 – TÉCNICO DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS A I) Observe a figura abaixo:



Adaptado de: MAGNOLI, Demétrio. Geografia para o ensino médio. São Paulo: Atual, 2008, p. 182.

Em 4 de janeiro de 1993, o Governo brasileiro sancionou a Lei nº 8.617, que tornou os limites marítimos brasileiros coincidentes com os limites preconizados pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) em 1982.

De acordo com a legislação brasileira, a faixa de 12 milhas marítimas e a faixa que se estende das doze às duzentas milhas marítimas, indicadas na figura acima, são denominadas, respectivamente:

(A) território nacional estendido e alto mar;

(B) zona franca internacional e região do pré-sal;

- (C) território nacional contíguo e Amazônia azul;
- (D) mar territorial e zona econômica exclusiva;
- (E) mar de soberania nacional e zona abissal.

GABARITO



- 1. C
- 2. D
- 3. C
- 4. B
- 5. D



LISTAS DE QUESTÕES - MULTIBANCAS ORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO OU ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO BRASIL

1. (CEBRASPE/TJ-SC/2023) Tendo em vista que, atualmente, o Brasil é uma República federativa e segue o modelo presidencialista de governo, assinale a opção correta.

a) No presidencialismo existente no Brasil, a nomeação de ministros de Estado depende da aprovação formal do Poder Legislativo.

b) O Poder Legislativo brasileiro segue o modelo estadunidense, razão pela qual é unicameral, ou seja, há apenas uma assembleia geral.

c) A eleição presidencial brasileira é feita por voto direto e universal, mas a aprovação do resultado das urnas necessita do aval de um colégio eleitoral, à maneira da realidade estadunidense.

d) O Poder Executivo brasileiro, no âmbito da União, é exercido pelo presidente da República, auxiliado pelos ministros de Estado; nos estados, pelos governadores; nos municípios, pelos prefeitos.

e) O Poder Judiciário brasileiro, cuja posição mais elevada é ocupada pelo Superior Tribunal de Justiça, é responsável pela elaboração das leis relativas ao direito penal.

2. (CEBRASPE/TJ-SC/2023) Com relação à estrutura política e eleitoral em vigor no Brasil, assinale a opção correta.

a) O pluripartidarismo foi formalmente suprimido do cenário político brasileiro, restando apenas dois grandes partidos políticos em ação no Brasil.

b) As eleições de governador de estado sempre acontecem em anos alternados com a eleição de presidente da República.

c) Prefeitos e vereadores são eleitos por voto indireto.

d) Os senadores têm mandato de oito anos, enquanto os deputados federais têm mandato de quatro anos.

e) No Brasil, os analfabetos e as pessoas com mais de setenta anos de idade não têm direito de votar nas eleições.

3. (MPE-GO/MPE-GO/2022) Sobre a federação na Constituição da República de 1988, assinale a opção correta acerca das seguintes assertivas:

I - A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos da Constituição da República de 1988.



II - Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.

III - Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens II e III estão corretos.
- d) Os itens I, II e III estão corretos.

4. (QUADRIX/PRODAM-AM/2022) Na República brasileira, o sistema político vigente é o

- a) parlamentarista.
- b) semipresidencialista.
- c) congressista.
- d) presidencialista.
- e) semiparlamentarista.

5. (FGV/TRT-PB/2022) Nas eleições deste ano, elegemos nosso futuro Presidente, nossos futuros Governadores de estado, senadores, deputados federais e deputados estaduais. Desses, são representantes do Poder Legislativo

- (A) os governadores e os senadores.
- (B) o Presidente e os senadores.
- (C) os governadores, os deputados e os senadores.
- (D) os senadores, apenas.
- (E) os deputados federais, os deputados estaduais e os senadores.

6. (QUADRIX/CREMEGO/2022) O Supremo Tribunal Federal (STF) é a mais alta Corte do Poder Judiciário brasileiro.

7. (CEBRASPE/PGE-PE/2019 – ANALISTA JUDICIÁRIO) Na qualidade de esteio maior da lei, a justiça protagonizada pela formalidade do Poder Judiciário deve atender aos interesses dos demais poderes da República.



GABARITO



1. D
2. D
3. D
4. D
5. E
6. C
7. E



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.